

Em 2009, a *Ex æquo. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres* celebra 10 anos de publicação. A assinalar a efeméride, o Dossier «Os estudos sobre as mulheres, de género e feministas em revista» dá voz às trajectórias de algumas revistas estrangeiras congéneres. Pretende-se, não só divulgar os objectivos e percursos de algumas revistas de referência, mas também suscitar uma reflexão mais aprofundada sobre a importância e a pertinência que estas revistas assumem, hoje, para o desenvolvimento destas áreas de estudo, no contexto mais global da produção do conhecimento científico e de um conhecimento emancipatório.

Ao convite endereçado a um conjunto de revistas de reconhecido mérito internacional na área dos estudos sobre as mulheres, do género e feministas e que, como a *Ex æquo*, têm carácter inter e pluridisciplinar e assumem o objectivo de articular investigação e intervenção, conhecimento e emancipação¹, responderam os *Cahiers du Genre*, a *Feminist Review*, a *Feminist Studies*, a *Nouvelles Questions Féministes* e a *Revista Estudos Feministas*².

A colaboração das revistas *Cahiers du Genre*, *Feminist Review*, *Feminist Studies*, *Nouvelles Questions Féministes* e *Revista Estudos Feministas*³ reveste-se de especial significado, quer pelo seu prestígio, a nível nacional e internacional, quer pelo facto de constituírem referências historicamente marcantes no processo de emergência de revistas científicas de estudos sobre as mulheres e feministas. Os seus percursos, particularmente longos no caso de algumas delas, encontram-se enleados no próprio devir da realidade social, pelo que as trajectórias enunciadas constituem testemunhos situados da complexa articulação entre a esfera académica e o domínio político, a investigação e os movimentos feministas, a produção de conhecimento e a mudança da situação das mulheres e das relações sociais entre mulheres e homens. Como afirma Claire Moses, no seu artigo, «in exami-

¹ Foram convidadas a colaborar dezanove revistas de onze países (Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Espanha, EUA, França, Holanda, México, Reino Unido, Suíça).

² A direcção da *Ex æquo* agradece a especial colaboração da *Revista Estudos Feministas*. La direction de *Ex æquo* remercie la collaboration spéciale des revues *Cahiers du Genre et Nouvelles Questions Féministes*. The director board of *Ex æquo* thanks the *Feminist Review* and the *Feminist Studies* for their special collaboration.

³ As revistas *Feminist Review*, *Feminist Studies*, *Nouvelles Questions Féministes* e *Revista Estudos Feministas* existem na Biblioteca da CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, sendo este o único local em Portugal onde algumas delas podem ser consultadas.

ning the journal's history, we open a window onto the larger social and political questions in which the life of the journal is embedded».

A *Feminist Studies* foi a primeira revista de *Women Studies* nos EUA, tendo iniciado a sua publicação em 1972. Criada na mesma década, a revista britânica *Feminist Review* lançou o seu primeiro número em 1979. Em 1981 iniciou-se, em França, a publicação de *Nouvelles Questions Féministes*, a mais antiga revista francófona actualmente em publicação. A partir de 2002 passou a ter um comité de redacção franco-suíço. Recorde-se que a *NQF* foi precedida pela revista *Questions Féministes* criada em 1977. Os *Cahiers du Genre*, uma das duas únicas revistas francesas de Ciências Sociais sobre o Género apoiadas pelo CNRS, foram criados em 1991 (o título inicial, *Cahiers du GEDISST – Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail*, deu lugar ao actual em 1999). Em 1992 saiu a lume o número zero da *Revista Estudos Feministas*, a conceituada revista brasileira que dá expressão aos estudos de género e feministas naquele país.

A cada revista foi lançado o desafio, não só para que proporcionasse, junto do público leitor da *Ex æquo*, um melhor conhecimento da sua linha editorial e respectiva evolução ao longo dos anos de publicação, mas que, sobretudo, apresentasse uma reflexão sobre a importância da revista na promoção e na divulgação da investigação académica, o seu contributo para o aprofundamento do debate teórico e político, o papel que tem desempenhado na mudança das práticas sociais, a evolução das suas opções editoriais em função dos contextos sociais e académicos, as dificuldades sentidas e as estratégias de superação prosseguidas, o seu impacto nacional e internacional, entre outros aspectos que fossem considerados relevantes.



No artigo «The Politics of Feminist Publishing», Claire Moses analisa a história da revista *Feminist Studies* (*FS*) desde a sua fundação, em 1972, até à actualidade. Traçar a trajectória da primeira revista em estudos sobre as mulheres nos EUA, quase a completar quatro décadas de existência, no espaço limitado de um artigo é, inegavelmente, uma tarefa árdua e delicada. A autora supera-a de forma magistral, enveredando por uma perspectiva sistémica. Analisa o modo como a *FS* se foi reposicionando e reorganizando num processo de interacção com três instituições, cada uma com os seus próprios rumos e ritmos de mudança, o feminismo, a academia e a indústria editorial. Fundada a partir de um colectivo constituído em finais da década de 1960, no contexto de emergência do movimento de libertação das mulheres, a *FS* propunha-se, de acordo com o seu *Mission Statement*, não se ater à publicação de artigos de investigação e alterar, de facto, a condição das mulheres. Com um vincado sentimento de pertença ao movimento feminista, o corpo editorial pretendia, com uma revista não filiada em qualquer universidade, estabelecer uma ponte entre a comunidade não académica e a academia. Claire Moses, considerando que a *FS* falhou este propósito, destaca, em

seguida, os problemas colocados pela opção inicial e os momentos de ruptura e de reorganização que conduziram, por fim, à sua reconversão em revista académica com apoio financeiro da Universidade de Maryland.

Neste percurso sobressaem: a importância da relação estreita, na primeira metade dos anos 1970, entre a *FS* e as *Berkshire Conference on the History of Women* e a marca indelével da história nos artigos, mesmo oriundos de outras áreas disciplinares, publicados na revista até ao presente, apesar do reforço gradual da dimensão interdisciplinar nas duas últimas décadas; a evolução do posicionamento da revista face a agendas feministas, com frequência, difíceis de conciliar; a progressiva sensibilidade a diferenças de classe, raça, orientação sexual, entre outras.

Nos obstáculos podemos destacar a quase impossibilidade, nos EUA, de uma revista científica sobreviver sem estar vinculada a uma universidade, por ficar irradiada do sistema de apoios financeiros. Outro aspecto referido, que não é de somenos importância, é que uma revista editada fora do âmbito universitário enfrenta duas dificuldades, por um lado a de obter material publicável de qualidade, por outro lado, a de conciliar estilos de produção e de escrita distintos, o *político* e o *académico*.

Claire Moses deixa-nos uma nota positiva, num contexto em que a vida intelectual nos EUA se revela cada vez mais segmentada. Face à compartimentação disciplinar dos saberes e às fronteiras inter e intradisciplinares nas instituições académicas, a *FS* desempenha um papel fulcral como lugar de comunicação interdisciplinar e de ligação entre as feministas académicas. Fiel à sua missão inicial, a coordenadora editorial reafirma «our desire and need to expand the knowledge of the gender system that structures our lives and to identify the possible sources of resistance and change».

No artigo «A feminist review roundtable on the un/certainties of the routes of the collective and the journal», Nirmal Purwar apresenta-nos, em nome do colectivo editorial da *Feminist Review (FR)*, uma selecção das considerações tecidas pelos elementos daquele colectivo em três mesas redondas realizadas por ocasião do vigésimo quinto aniversário da existência desta revista britânica. O tema central de reflexão era, precisamente, a história da *FR*, os mais significativos momentos de viragem, as mudanças e continuidades na própria dinâmica do colectivo que a alenta. Editado o seu primeiro número em 1979, a *FR* conta actualmente com três décadas de publicação. A marca da década da sua fundação repercute-se em algumas similitudes de percurso relativamente à revista americana atrás referida. Um colectivo editorial estreitamente ligado ao movimento de libertação das mulheres, o objectivo de articular investigação e teoria com agência política e a opção inicial de ser uma publicação independente.

Mais tarde, a revista associou-se a um grande grupo editorial (Palgrave Macmillan/Macmillan Group), por necessidade de *profissionalização*, mas é sublinhado que tal não implicou perda de autonomia. Continua a reivindicar o seu cariz interdisciplinar, a centralidade teórica e estratégica do género e a necessidade de inter-relação entre investigação e activismo. O facto de ter permanecido fora de

qualquer filiação universitária pode ter determinado um maior impacto, no colectivo editorial e na revista (esta era, nas palavras de Helen Crowley (HC), uma plataforma de debate), dos desafios colocados pelas questões da raça, classe e sexualidade. As tensões desencadeadas por estes debates e pressões no seio do colectivo editorial ocupam uma grande parte do texto seleccionado por Nirmal Puwar, reflectindo a enorme importância de que se revestiram na história da *FR*. Foi questionado o «*inclusive we*» e caíram todas as certezas. O colectivo refez-se, foi reduzido – é significativa a dificuldade em rememorar os primórdios da revista; resta apenas um elemento do grupo inicial e opta por não se pronunciar – e a revista foi respondendo aos desafios, alargando o espectro das suas abordagens. Deixam-nos um interessante conjunto final de interrogações que traduz o permanente questionamento interno no seio do colectivo que coordena a *FR*.

Patricia Roux e Christine Delphy, em «*Nouvelles Questions Féministes. Féminisme radical, antinaturaliste et matérialiste: un projet politique et scientifique*», apresentam-nos uma síntese notável da trajectória consistente da revista internacional francófona *Nouvelles Questions Féministes (NQF)*. Com vinte e oito anos de existência, a revista mantém desde o início uma linha editorial que privilegia a interacção entre investigação e luta política, assumindo uma perspectiva feminista radical, antinaturalista e materialista. Dos quatro elementos que a fundaram, em 1981, três tinham pertencido ao corpo editorial da revista *Questions Féministes*, criada quatro anos antes, num contexto de maior visibilidade do movimento feminista: Simone de Beauvoir, Christine Delphy e Emmanuelle de Lesseps. Christine Delphy (CNRS), que podemos considerar um esteio da revista, mantém-se como directora de publicação e partilha actualmente com Patricia Roux (U. de Lausanne) a coordenação redactorial.

A constituição de um comité de redacção franco-suíço, em 2002, conferiu viabilidade à publicação da revista, suspensa em 1999 por falta de meios financeiros. Sublinhem-se, a partir deste caso concreto, as valências simbólicas e materiais da criação de um lugar de Professora em Estudos de Género na Universidade de Lausanne: legitimidade científica, traduzida na institucionalização dos estudos de género e feministas em cursos universitários e na oferta de condições logísticas e financeiras para a investigação e sua divulgação. O alargamento do comité de redacção tem permitido à revista manter uma periodicidade quadrimestral, sendo cada número preparado, ao longo de dois anos, por um grupo restrito de coordenação.

Os temas abordados pela *NQF*, desde 2002, e destacados pelas autoras deste artigo, reflectem, quer problemáticas que têm sido alvo de maior aprofundamento ao nível do debate e da investigação europeia nos últimos anos, como, por exemplo, a articulação sexo e raça na análise do pós-colonialismo ou das migrações, quer a necessidade de requestionar temas como o do corpo ou o da relação trabalho-família, quer, ainda, questões que nos remetem para outros contextos geográficos, de acordo com a vertente internacional da revista, como é o caso do enfoque nos feminismos na América latina e Caraíbas.

A mensagem final das autoras traduz a razão de ser da *NQF*: «l'excellence scientifique, tout en étant nécessaire, n'est pas suffisante tant qu'elle n'a pas de pertinence politique». Não estamos, porém, perante uma inserção expressa no activismo político equivalente à das duas revistas anteriores, sinal dos diferentes percursos dos movimentos feministas e dos estudos sobre as mulheres, do género e feministas nos EUA e no RU em comparação com os países da Europa Continental.

As duas revistas seguintes, *Cahiers du Genre* e *Revista Estudos Feministas (REF)*, ambas da década de 1990, marcam uma outra geração editorial, que se traduz, por exemplo, numa expressa vinculação académica desde a sua criação. O artigo «Les *Cahiers du Genre*: des outils pour penser le genre des mutations contemporaines», de Anne-Marie Devreux et Danièle Senotier, sublinha a perspectiva feminista, pluridisciplinar e internacional da revista, bem como a prioridade nela conferida a uma investigação que contribua, com novos instrumentos conceptuais e novos campos de análise, para pensar as grandes mutações contemporâneas. Os *Cahiers du Genre*, foram criados, em 1991, por uma equipa de investigação do CNRS e os seus apoios provêm também do Mecanismo Oficial para a Igualdade⁴ e do Centro Nacional do Livro, pelo que parece sofrer menos constrangimentos financeiros do que as restantes revistas em análise.

Para além dos números e dossiers temáticos, a revista contém outras secções que permitem integrar investigações diversificadas e, ainda, a leitura crítica de obras de referência que permitem introduzir em França o pensamento teórico de feministas como Judith Butler e Iris Marion Young, ou salientar o contributo de algumas clássicas, como Colette Guillaumin. Uma particularidade desta revista é a promoção de debates a partir de temas abordados nos seus números, favorecendo o diálogo entre investigadoras/es e diversos actores sociais, sindicalistas, associações, instituições, movimentos sociais e movimentos feministas. As relações entre sexo, classe e raça e o pós-colonialismo; o questionamento, no contexto da mundialização, dos feminismos, das relações norte-sul, das novas configurações das relações sociais no que respeita ao trabalho e às migrações face à reorganização mundial do trabalho e a premência crescente das perspectivas comparadas; os debates conceptuais sobre sexo/género, pluralidade, interseccionalidade, são alguns dos destaques deste artigo.

Sublinhe-se, ainda, uma problemática abordada nos *Cahiers du Genre* e que exigiria um debate aprofundado no contexto nacional português: o *gender mainstreaming*. As autoras do artigo denunciam os efeitos perversos da adopção estratégica da transversalidade de género nas políticas governamentais se não for acompanhada por medidas específicas promotoras da igualdade de mulheres e homens. A diluição do objectivo de igualdade de mulheres e homens num princípio geral de igualdade para todos e a progressiva importância do tema da

⁴ O Service des Droits des Femmes et de l'Égalité é, em França, o Mecanismo Nacional Estatal para a Igualdade.

diferença têm contribuído para retardar a agenda do progresso social a favor das mulheres.

Na mensagem final, as autoras sublinham o papel fundamental dos *Cahiers du Genre* e revistas homólogas na desconstrução dos mecanismos de reprodução das discriminações «en dépit d'une idéologie qui tente de faire croire que le changement social dans ce domaine est advenu et que les combats féministes sont derrière nous». Esta questão reveste-se, também, de particular pertinência no contexto português.

Mara Lago, em «*Revista Estudos Feministas, Brasil, 16 anos: uma narrativa*», destaca, do primeiro editorial da revista, o facto desta se definir como um periódico académico não institucional que, não obstante pretender ser um «canal de expressão dos movimentos sociais de mulheres», privilegia a divulgação de «conhecimentos de ponta na área dos estudos feministas». A intenção inicial de autonomia institucional, através de um sistema de rotatividade editorial entre departamentos e institutos de duas universidades do Rio de Janeiro, revelou-se de difícil exequibilidade. Ao agravamento dos problemas financeiros após a supressão do apoio da Fundação Ford acrescia a instabilidade ocasionada pelas mudanças periódicas de base institucional. A REF perdeu periodicidade e veio a retomar vitalidade na Universidade de Santa Catarina em Florianópolis, em 1999, acolhida por um grupo de investigadoras ligado aos encontros *Fazendo Gênero*. Ali a revista beneficia de apoio institucional estável e granjeia visibilidade e reconhecimento.

O corpo editorial alargou-se e descentalizou-se através da constituição de diversas subcoordenações que têm favorecido um maior envolvimento e responsabilização, assegurando de forma mais eficaz a transição das Coordenações Editoriais, que permanecem rotativas. A integração na base de indexação SciELO e a disponibilização em linha fazem parte do percurso da revista a partir de 2004. Sublinhe-se a divulgação de textos de investigação brasileira traduzidos para inglês através da sua publicação em versão electrónica na SciELO Social Science.

A autora sublinha a crescente importância que as entrevistas e debates foram conquistando no interior da revista, traduzindo a complexa relação entre as teorias e «questões como globalização, territorialidade, pós-colonialismo e a transnacionalização dos conhecimentos». Os Dossiers temáticos têm integrado novos temas, como a religião, orientação sexual e novas realidades conjugais e parentais, entre outros, mas os direitos sexuais e reprodutivos e as questões étnicas continuam a constituir os temas mais abordados. São evidenciados como aspectos de mudança recente da REF o fortalecimento do diálogo internacional (EUA, França e, mais recentemente, América Latina), o aumento de artigos de autoria masculina e as produções em parceria.

A encerrar o dossier, o texto «*Ex æquo: 10 anos em revista*» sublinha alguns aspectos que a particularizam no contexto dos periódicos nacionais, refere alguns traços da sua evolução, rememora os principais temas que nela têm sido abordados e evidencia os objectivos de alargamento e de internacionalização que a têm orientado nos últimos anos.

A secção de *Estudos e Ensaios* integra quatro artigos que, nos três primeiros casos, vêm contribuir para o alargamento temático da revista. Margarida Esteves Pereira, usando como objecto de análise o romance *Brick Lane* de Monica Ali e o filme com o mesmo título de Sarah Gavron, discute a representação da identidade a partir da perspectiva da raça e do género. «No sentido de perceber o modo como a identidade de género pode estabelecer ligações que abrangem ou superam a identidade étnica ou racial», a autora preconiza uma maior interseccionalidade das categorias género e etnia nos estudos pós-coloniais, uma área de estudos que, recentemente, tem vindo a ser objecto de abordagens numa perspectiva de género.

Pedro Bessa introduz um tema que tem tido pouca expressão no contexto nacional: a análise das representações de género na linguagem pictórica. Centrando-se sobre a sinalética, o autor sublinha a fraca expressão das mudanças ocorridas na pictografia quando comparadas com as da linguagem verbal, apesar de já se registarem iniciativas nesse sentido, como a que apresenta no artigo. A sub-representação do feminino na sinalética é problematizada tendo em conta a associação assimétrica da marca do universal nas representações do masculino e do feminino.

Carla Cerqueira, Luísa Teresa Ribeiro e Rosa Cabecinhas debruçam-se sobre a presença das mulheres na blogosfera cruzando-a com a temática da cidadania. Problematizando o impacto das tecnologias de informação e comunicação em mulheres e homens, em particular no que respeita à apropriação da internet, as autoras questionam a reprodução das desigualdades de género na blogosfera, assumindo uma posição crítica face a posicionamentos apriorísticos sobre o papel inequívoco da internet na erradicação das desigualdades de género.

Eunice Macedo e Sofia Santos estabelecem uma análise comparativa sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países da União Europeia, problematizando os fenómenos de naturalização das desigualdades evidenciadas ao nível das esferas privada e pública. Em foco, também, as políticas sociais prosseguidas e o seu impacto nas condições sociais e económicas concretas a que as mulheres estão sujeitas nos distintos contextos nacionais.

O número encerra com duas resenhas, respectivamente, de Maria do Céu da Cunha Rego e de Margarida Chagas Lopes. A primeira pronuncia-se sobre uma investigação sociológica sobre a investigação judicial da paternidade e a segunda apresenta uma colectânea que reúne, sob o eixo central da cidadania, um conjunto de trabalhos que perspectivam e questionam, de distintos ângulos, as problemáticas do género e da diversidade.